

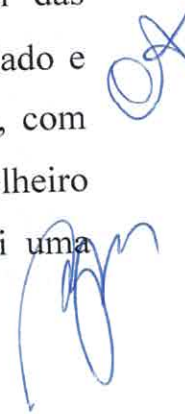
Aos dezoito dias do mês de novembro de dois mil e vinte e um, o Presidente Manara cumprimenta a todos e dá início à reunião, primeiramente com a justificativa das faltas dos conselheiros: Gustavo Bahia da Sabesp, Gabriella Bettiati da Secretaria da saúde e Elizabeth Bismarck da Sasc. Segue com a aprovação das atas das reuniões de 15/07, 11/08, 16/09 e 07 de outubro. Pergunta se alguém tem alguma consideração a fazer sobre as atas? Nenhuma manifestação, as atas aprovadas por unanimidade. Entrando nos informes, Manara solicita manifestação de todos que estão em participação remota e dos representantes que se prontificaram a participar da câmara técnica de conservação e energia renovável, porque ficaram ainda por definir quais serão os representantes da sociedade civil para compor a câmara técnica. Pergunta se têm alguma definição e abre a palavra para Fabiano Porto que informa que pelas trocas de e-mail que teve ao longo do processo, foi sugerido os nomes, Luiz Roberto Barretti, e Jeferson Rocha, Ricardo Law que também tinham interesse pela cadeira mas Jeferson Rocha poderia abrir mão da vaga. Manara então, considerando essa troca de e-mails e a disponibilidade do vice-presidente do Comam em abrir mão da cadeira, em favor de outro representante, considera então que os representantes da sociedade civil na câmara técnica de conservação e energia renovável serão Ricardo Law, Fabiano Porto e Luiz Barretti. A Conselheira Fernanda pergunta se as câmaras técnicas de conservação e energia são as mesmas pessoas? Manara responde que são distintas, que a sugerida pelo Lincoln é unidade de conservação. Então ficam definidos como representantes da sociedade civil na câmara técnica de energia renovável Ricardo Law, Fabiano Porto e Luiz Barretti. Manara lembra que a composição da câmara técnica de unidades de conservação resta dois nomes da sociedade civil para



compor a câmara técnica junto com os outros três que serão designados da prefeitura municipal. Com a palavra Fabiano Porto que lembra que na última reunião sugeriu de trocar, tirar o termo renovável da câmara técnica e deixar só câmara técnica de energia porque eventualmente vai ter outros tipos de geração de energia. Ricardo Law complementa o que Fabiano colocou que o nome fosse de energia renováveis e não renováveis, dado que na academia, nas universidades, é muito utilizado o termo energias renováveis e não renováveis dadas essa diferença que tem entre uma e outra, e só energia a pessoa fica meio que titubeando que energia, entendeu? Então, essa nomenclatura energias renováveis e não renováveis, que abre esse leque todo de energia. Manara entende que seria a mesma coisa, mas concorda com o nome da câmara técnica de energias renováveis e energias não renováveis. Manara passa para o segundo assunto dos informes que é um retorno a um ofício recebido da vereadora Amélia Naomi, mas está aguardando a chegada do Ronaldo Gonçalves, da Sala do Empreendedor, que tem conduzido o assunto e com relação à empresa Radici e às questões de lançamento irregular no Rio Paraíba do Sul. Manara faz inversão da pauta e passa aos conselheiros a notícia, muito importante que é a retomada do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural que na semana passada já teve uma primeira reunião. O conselho salvo engano são 33 representantes, e um conselho municipal que existia somente no papel há décadas, e retomamos o funcionamento num momento muito importante. A gestão pública, novamente volta os olhos para o desenvolvimento rural, que é um resgate histórico, porque há décadas que o poder público não tinha ações efetivas de política públicas para o meio rural, e agora temos o projeto muito bem sucedido do Ponto Rural, que já foi apresentado aqui no Comam. Vinícius Correa conduz brilhantemente o Ponto Rural na Secretaria de Inovação e Desenvolvimento Econômico. É conselheiro do Comam, e temos também a Sala



do Empreendedor Rural, que é uma nova divisão criada dentro da Secretaria de Urbanismo e Sustentabilidade, que está conduzida pelo Zé Dimas, que já dispõe, de uma equipe multidisciplinar com agrônomo, veterinário, para poder desenvolver esse trabalho importante da interlocução com o sindicato rural, SENAR, SEBRAE, toda essa costura importante que já tem resultados práticos muito bons, de cursos e capacitação e estratégias para a retomada da produção rural. Recentemente, não sei se já noticiamos aqui, mas São José dos Campos foi reconhecido num novo programa do estado de São Paulo, que chama Município Agro. Esse sistema é parecido com o que a gente discute aqui do Município Verde Azul, o mesmo tipo de programa conduzido pelo estado. Então no Município Agro nós elencamos todas as ações que agora são feitas, em benefício do produtor rural, do desenvolvimento rural, e grande parte disso se deve a essa estrutura recém-criada junto à Sala do Empreendedor, a Sala do Empreendedor Rural, conduzida, pelo Zé Dimas. A retomada do conselho vem coroar isso, com várias instituições participantes. Um conselho aquecido, com vontade de trabalhar e de estabelecer esse caminho do resgate histórico da importância do segmento rural de São José dos Campos. Com a palavra Ricardo Law que pergunta se esse Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural ele também é um desenvolvimento rural sustentável? Manara responde que sim, pois ele aborda o desenvolvimento rural, e hoje, quase é inexorável, o desenvolvimento sustentável ele pautar também a questão da produção rural. Com a palavra a conselheira Fernanda, da OAB que gostaria de saber sobre as vagas do conselho. Se haverá possibilidade de participação também das entidades e como vai ser definido? Manara responde sim, que foi noticiado e aberto a indicação dos membros. E temos como representante da OAB, com assento no Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural, como conselheiro Klaus Coelho Calegão. Ele participou inclusive dessa reunião, não foi uma



reunião de posse, mas foi uma reunião de reconhecimento e a OAB faz parte desse conselho. Manara passa a mim a responsabilidade para que seja a secretaria executiva do Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural. Informa que teve uma reunião muito importante, e quer compartilhar com a plenária, que foi com a equipe da RMVale. A Cíntia Gonçalo, que já foi secretária de planejamento urbano, está coordenando, e veio com a sua equipe para apresentar a evolução dos trabalhos no plano diretor da região metropolitana do Vale do Paraíba. Então é muito aguardado esse plano diretor. Desde 2018 que já deveríamos ter. Lembra que a região metropolitana do Vale do Paraíba foi constituída oficialmente em 2012, e que, portanto, teria até 2018 para ter o seu plano diretor. Então estamos um tanto atrasados. E agora, com a chegada de recursos, foi contratada uma consultoria que trouxe a Cíntia Gonçalo e com a equipe dela. Estiveram aqui para discutir, sobre o plano diretor de São José dos Campos, o zoneamento. Então todas essas definições e políticas públicas de ordenamento territorial de São José, uma vez que estamos bem envolvidos nessas discussões. Então eles vieram colher às informações da construção do nosso plano diretor para contribuir no processo de discussão do plano diretor da RM Vale. Vamos solicitar que o Sérgio Teodoro, secretário executivo da RM Vale, que traga essa discussão, uma apresentação dessa jornada de construção do plano diretor da região metropolitana para no Comam. Manara vai consultar a disponibilidade dele se apresentar na próxima reunião com toda equipe. A projeção que eles têm é de sair para as audiências públicas entre janeiro e fevereiro e a consolidação do plano diretor, entre março e abril. Com a palavra a conselheira Fernanda que informa ter recebido a minuta da lei da arborização e que fez algumas considerações e que gostaria de falar e passar para os demais conselheiros. Manara responde que após as apresentações ela terá um tempo de 5 a 10 minutos. Com a palavra Fabiano Porto que informa que foi enviado no dia 21 de outubro, minuta da lei de arborização. E realmente não teve nenhuma resposta, foi enviada às 4h10. Com a palavra Andrea que informa que foi feita

uma apresentação no Comam, foram colhidas as contribuições dos conselheiros, e assimilado o que foi possível e retornou a minuta já com as considerações e o trâmite seguiu internamente na prefeitura. Passou por outros órgãos internos que também fizeram contribuições e agora a minuta está finalizada e pronta para ser encaminhada pra Câmara Municipal. Fabiana pergunta se essa minuta foi mandada para quem era da câmara técnica ou para todos os membros? Andrea responde que no dia 21 de outubro foi encaminhada a todos os membros por e-mail. Com a palavra Lincoln Delgado que uma última investida aqui no Comam dessa questão da lei de arborização para dar um repasse final, julga importante, não ficar enrolando com as coisas, mas sugere que já ficou tanto tempo debatendo, foram várias contribuições, é uma lei que servirá para todo o sempre, e tem muitas questões de arborização. Se existe uma questão que é espinhosa é a questão da arborização urbana, então julga que seria interessante que fosse uma reunião de pauta única, mas que pudesse fazer uma síntese do que era realmente a lei anterior ou do que se atualizou com essa nova lei, para que a se possa ter uma ideia do que vai para a Câmara. Na Câmara ainda podem sofrer alguns tipos de modificações ou caso seja necessário. Mas eu julgo que seria pertinente secretário. Com a palavra a Conselheira Fernanda que argumenta que tem uma câmara técnica e foi bastante falado quando ocorreu a verificação dos projetos em relação àquela votação do dinheiro e foi falado que tem uma câmara técnica que já se debruçou sobre isso, numa outra reunião, mas acha a ideia do Lincoln boa. Diz ter solicitado os projetos para também fazer uma análise, não desmerecendo o trabalho da câmara técnica, que são muitas as reuniões no meio da tarde, mas a plenária merece também receber toda essa documentação, ter a opinião dela respeitada, que não é para alterar o trabalho que foi feito, mas pelo menos para discussão e que achou a ideia do Lincoln positiva. Com a palavra Lincoln que deixa claro que deverá ser respeitado o que foi trabalhado dentro da

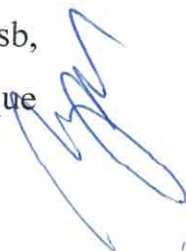


câmara técnica. É mais para uma apresentação geral para que os membros do Comam possam entender um pouquinho o que vai para a Câmara, senão reabre um debate e desrespeita a câmara técnica. Manara responde que acha que o tema é de tamanha relevância e importância, porém encaminhamos a minuta no dia 21 de outubro, há quase um mês. Poderia ter inclusive nessa reunião de hoje pautado isso diante de manifestações que pudessem, durante um mês, serem colocadas em contribuição, a discussão. Não foi uma só oportunidade que esse tema esteve aqui em pauta. A Andreia já relatou a câmara técnica, enfim a construção da nova lei de arborização urbana não é uma novidade para esse conselho e também a minuta que foi apresentada no dia 21 não sofreu nenhum tipo de comentário e contribuição porque ela não foi só para os conselheiros da câmara técnica, foi para todos os e-mails e conselheiros do Comam. Então podemos fazer uma discussão final, mas tão somente daqueles artigos que sofreram alguma modificação após o dia 21, porque senão nós vamos voltar a temas, como uma lei que trata de um assunto, tão importante na cidade, tem questões não pacificadas, tem entendimentos que acha que é de um jeito, o outro acha que é de outro, e assim vai permanecer. Então não vai ser uma discussão para reabrir aquelas pontuações que foram discutidas e que chegou a termo no dia 21 e encaminhado para todos os conselheiros. Manara pede que Andrea selecione aqueles itens que eventualmente tenha sofrido alguma alteração pós dia 21 e encaminharemos novamente e podemos fazer em uma reunião extraordinária, na semana que vem essa discussão e abriremos espaço para todo mundo colocar suas considerações. Conselheira Fernanda deixa claro que participou da câmara técnica, e ressalta que as pessoas que participaram são excelentes, que a câmara técnica escutou e discutiu de forma totalmente democrática tudo. Parabeniza aos colegas, agradece, pede desculpas de antemão de tudo, mas acredita que foi muito harmônico muito positivo e que foi bom ter participado desse processo. Que enviou e-mail de alguns itens que foram alteradas após a correção, mas que entende que a correção pela municipalidade

ela é justa e necessária, porque é um padrão da prefeitura que tem que ser respeitado, que após receber da câmara técnica, ela fez algumas alterações e que não participou do último encontro. Que não quer voltar à discussão sobre o assunto, mas ressalta os motivos pelos quais aquelas alterações que foram realizadas. Manara agradece Fernanda e propõe o dia 23, terça-feira, às 16h a reunião extraordinária. A secretaria executiva encaminhará os dois arquivos, que foi enviado no dia 21 de outubro das contribuições da conselheira Fernanda. E no dia 23 das 16h às 17h, em pauta única, pede que todos já venham com as suas contribuições e que todos disponibilizem um dia antes quais sejam as questões trazidas, lembrando tão somente naqueles pontos alterados pós dia 21, para que seja uma reunião produtiva. Tenhamos foco naqueles artigos que sofreram eventuais alterações e fica para o dia 23, às 16h. Manara passa a palavra para Ronaldo responder ao ofício da Vereadora Amélia Naomi a denúncia sobre aquela situação da empresa Radici e quais foram seus desdobramentos. Ronaldo cumprimenta e todos e inicia informando que esse processo está sub judice, e está sendo respondido, e algumas informações da procuradoria do município têm alguns detalhes que estão já constados nos autos de um processo, que envolve inclusive uma concessão de uma liminar para a empresa Open. A Radici hoje é um condomínio industrial e comercial, fica na zona norte, na Rua Pedro Rachid, A Radici é uma multinacional Italiana, que comprou aquela área, e então ali dentro funcionam várias empresas comerciais e industriais. Uma das empresas chamada Open Ambiental, locou uma parte daquela planta e essa empresa trabalha com tratamento de resíduos. A Open, ela não é uma contratada da prefeitura, ela é uma empresa que recebe resíduos, todo tipo de resíduos, e faz tratamento de efluentes. Existiu uma denúncia de moradores e algumas associações, de que estava havendo uma contaminação no leito ali do rio Paraíba. E, a partir disso, a prefeitura foi notificada e foi checar o cadastro da Open. A Radici é a proprietária do local e algumas pessoas, quando fizeram a denúncia, não sabendo que existe uma locatária lá dentro. A prefeitura

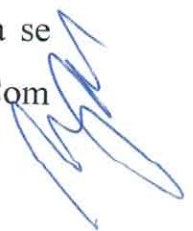


coube checar, foi feita uma verificação com o pessoal da divisão de gestão ambiental, com a fiscalização de posturas, e a partir levamos inclusive que a Open Ambiental é uma empresa que presta serviço para outra empresa. Essa outra empresa coleta alguns dejetos, a questão de esgoto, da prefeitura e acaba utilizando o tratamento da Open que não é uma fornecedora direta da prefeitura e sim uma prestadora de serviço para outra empresa que tem contrato com a secretaria de manutenção da cidade. De posse dessas denúncias, foi verificado que havia um problema no cadastro da empresa Open Ambiental. Eles haviam preenchido algumas informações que levaram inclusive a ter o licenciamento. Eles conquistaram o alvará de funcionamento, o certificado de licenciamento integrado, mas de posse de uma informação que havia inconsistências, ou seja, eles responderam algumas questões que está nessa plataforma e com base nessas informações, a prefeitura municipal, Cetesb, que é um órgão do estado, a vigilância sanitária, Corpo de Bombeiros, em quem defere ou indefere o licenciamento com base nesse ato declaratório do empreendedor. Quando foi verificado que existiam inconsistências nesse ato declaratório, foram notificados para apresentar uma justificativa ou uma correção nos dados. Concomitante a isso, foi feita a cassação do alvará da Open Ambiental, não da Radici. A Open esteve na prefeitura e apresentou toda documentação, porém o licenciamento e o alvará não foi concedido, quando declaram a atividade que eles realizam, a Cetesb ela não liberou. Até o presente momento, não liberou o licenciamento e o sistema de alvarás chama CLI, Certificado de Licenciamento Integrado, ele só é emitido e tem validade quando todos os órgãos controladores, município e estado dão o ok. Ronaldo informa que não cabe a ele julgar porque, já que está sendo julgado na esfera própria. A Cetesb achou por bem avaliar melhor, checar, fazer vistoria. Inclusive pelo fato da Open ter entrado com mandado de segurança, e ela conseguiu o direito de estar funcionando mesmo sem o alvará mesmo diante dessa irregularidade. E diante do laudo que foi feito pela Cetesb, pelo grupo Gaema, que também esteve no local, está sendo avaliado. Acho que



foram requisitados alguns atos mitigatórios para a Open, foram exigidos algumas providências no sentido de resolver as questões ou assegurar a condição ambiental do trabalho dela. Pelo que entendemos, não deve ter sido atendido ainda, porque eles continuam funcionando só por força da liminar, porque, em tese, estão sem alvará. Então como está correndo na justiça, esse assunto hoje está no Gaema, Ministério Público Ambiental, juizado da área, que é a Fazenda Pública que está com esse processo na mão. Esclarece que por parte da prefeitura, está sendo acompanhado, e reitera que o assunto na verdade não é Radici, sim a empresa Open que é alvo desse processo judicial. Manara agradece Ronaldo pelos esclarecimentos e que será encaminhado esses pontos em resposta a vereadora Amélia Naomi. Retoma a reunião e pede para o Teles falar um pouco da questão do edital do Funcam, onde dois projetos foram aprovados, diante do recurso. E, também, como houve uma sobra de recursos, solicitamos um parecer jurídico sobre a melhor forma de conduzir diante dessa sobra e se seria atendido em parte o terceiro colocado, ou se seria melhor atender a um projeto que fosse suficiente esse recurso de sobra na totalidade, mas Manara passa a palavra ao Teles para que explique melhor. Teles cumprimenta a todos e inicia informando que na plenária de hoje teria que deliberar sobre o recurso apresentado pelo Instituto Carnívoro, que foi o quarto colocado no chamamento, mas acredita que vale a pena retomar o histórico do chamamento. Antes do julgamento, abriu se um chamamento público para contemplar algumas entidades num montante de até 200.000 reais, individualmente o valor de 100.000 reais com recursos do Funcam. Houve abertura de chamamento, uma sessão pública de esclarecimento para todos os interessados, inclusive o Instituto Carnívoro participou dessa sessão pública. Posteriormente foram recebidas as propostas, os projetos. Esses projetos foram encaminhados à comissão de seleção prevista no edital, que se debruçou durante vários dias pra habilitá-los. Teve alguns projetos que não foram habilitados. Existia uma pontuação mínima de três pontos pra habilitação e todas

conseguiram essa pontuação mínima, porém algumas não foram habilitadas por outras circunstâncias, como, por exemplo, valor proposto acima do limite. Posteriormente, esses projetos foram levados ao grupo gestor do Funcam. Os projetos foram analisados e debatidos e foi apresentada uma recomendação ao plenário do Comam de sete projetos. Dentre esses sete projetos constavam o Instituto Pró-Carnívoros, que é o recorrente, nesse caso. Foi deliberado no Comam, numa plenária, a hierarquização dos projetos com base nos sete projetos indicados. Porém, antes da hierarquização, cabe lembrar que foi aprovado também o procedimento e foi ratificada a possibilidade de utilizar os recursos, assim como foi votado à aprovação dos setes indicados, sete projetos indicados para hierarquizar. Durante a votação, o primeiro colocado, foi a Entidade Célio Lemos, o segundo foi Univap e os terceiros colocados houve um empate. E no desempate, o Instituto Pró-Carnívoros ficou em quarto lugar, e em quinto lugar ficou outra situação que a gente tem que deliberar após o recurso do recorrente. Histórico apresentado e Teles informa que o Instituto Pró-Carnívoros apresentou recurso dentro do prazo, o recurso é tempestivo. Ele foi levado até a comissão de seleção, que analisou o recurso e entendeu pela improcedência. Porém, nós seguimos o mesmo caminho traçado para hierarquização dos projetos. Esse recurso foi levado também para discussão com o grupo gestor do Funcam e inclusive foi desenvolvida uma ata das discussões nesse dia e entendeu também pela improcedência do recurso. Tanto a ata quanto o recurso foi encaminhado para todos os conselheiros. Teles antes de abrir para deliberação pede que o Presidente solicite a manifestação dos membros do conselho ou algum membro do conselho gestor do Funcam. Manara abre para manifestação, pergunta se todos receberam os documentos citados e se pode submeter para deliberação da plenária. Teles complementa que seria uma deliberação, para ratificar a decisão do grupo gestor ou retificar, no caso de alguma discordância do que foi proposto na ata. Manara pergunta se alguém deseja propor alguma retificação da deliberação do grupo gestor? Com



a palavra Lincoln Delgado que sugere reforçar realmente o que o Teles colocou, que o grupo se debruçou, a câmara técnica se debruçou em verificar todos os projetos, revisar, verificar também as reivindicações do grupo Pró-Carnívoros, e achamos por bem então dar seguimento da forma que o Teles mencionou. Reforço aqui que é preciso respeitar sempre as decisões da câmara técnica, que se debruça, e vai às minúcias do problema. Diz que em respeito à plenária, trazendo essa questão para que a plenária possa ratificá-lo, mas foram observados todos os detalhes e julgado da forma que o Teles está sendo o nosso condutor. Manara retoma a deliberação, pergunta se alguém deseja propor alguma retificação? Ninguém se manifesta então coloca à apreciação para deliberação, na verdade, daqueles que são favoráveis à manifestação do Grupo Gestor. Fiquem como estão ou se manifestem em contrários àqueles que desejam votar de forma, ou abstenção ou contrária à manifestação do grupo gestor. Nenhuma manifestação está aprovada por unanimidade a manifestação do grupo gestor com relação ao recurso do Instituto Pró-Carnívoros. Agora seguindo então na deliberação do parecer jurídico sobre o restante do recurso. Antes da deliberação do parecer jurídico, uma vez aprovada o indeferimento do recurso Pró-Carnívoros, mantém-se a classificação hierarquizada pelo Comam. O próximo passo convocar os dois primeiro colocados, primeiros colocados para apresentar documentação necessária para elaborar o contrato junto à prefeitura, e, no caso das duas entidades estarem, não haver nenhum problema, em tese passaria para o terceiro colocado à possibilidade de utilização do restante do recurso. Porém, a proposta do terceiro colocado extrapola o limite do edital. Então a proposta seria transferir esse recurso, essa sobra, que houve do edital para o próximo colocado com proposta inferior a essa sobra, que seria, no caso, o quinto colocado. Então o parecer do jurídico no sentido de que haveria impossibilidade de complementar os valores para o terceiro e quarto colocado, porém há possibilidade de utilizar essa sobra de recurso para utilização pelo quinto colocado. Porém, mesmo assim nós teríamos que

aguardar os contratos assinados do primeiro e segundo colocado, para depois, sim, promover a chamada do quinto colocado. Mas é preciso que seja ratificado também pelo Comam essa alternativa proposta. Manara pergunta aos conselheiros se há alguma dúvida? Alguma manifestação? Nenhuma manifestação. Então segue com a primeira questão, onde entendemos do rito, que os dois primeiros habilitados terão que fazer prova de toda a documentação exigida. Passa para a deliberação sobre o que indica o parecer jurídico da sobra de recurso. Lembra que, somente será validada a possibilidade de utilização se os dois primeiros colocados, cumprirem todas as documentações exigidas. Caso contrário não tendo os documentos pertinentes, o terceiro colocado passa a ter possibilidade de assumir esse papel ao financiamento. Teles explica que se o primeiro e segundo colocado apresentarem todos os documentos, o quinto colocado pode utilizar desse recurso. Manara esclarece que essa cautela para que todos os conselheiros tenham ciência disso, que vamos deliberar aqui sobre a aprovação do parecer jurídico que remete ao quinto lugar a o uso e ser contemplado com a sobra de recurso, com essa ressalva, que se o primeiro ou o segundo colocado tiver algum problema, a conta muda e esse parecer jurídico não vai ser mais possível de oferecer para o quinto lugar porque vai ter que refazer as contas e quanto dinheiro que vai sobrar. Teles esclarece que tem o valor total duzentos mil reais e a próxima entidade que oferecer uma proposta abaixo do valor limite ela pode ser contemplada. A próxima entidade, no caso, seria o quinto colocado. Então o recurso permanece independente do primeiro ou segundo lugar ser positivo. Manara retoma os esclarecimentos, explica que o primeiro colocado, 100.000, o segundo colocado, 70.000. Sobraram 30.000 reais. 30.000 reais seriam destinados para o terceiro ou para o quarto lugar. Um recurso parcial ao que eles pediram ou se os 30.000 reais vai ser destinado para o quinto lugar, que solicitou um recurso menor do que 30.000. Então o parecer jurídico aponta para esse caminho, que a melhor destinação desse recurso é encaminhar para o quinto colocado porque dá plenitude de realização do que ele

se propõe a fazer. Manara pergunta se alguém tem alguma consideração, algum esclarecimento adicional? Com a palavra Ricardo Law que pergunta quem vai definir isso, a câmara, a comissão do Funcam, não vai pra plenária do Comam? Com a palavra Teles que responde que na verdade, vai ser decidido isso agora, porque esse foi um questionamento que o plenário do Comam fez no final da hierarquização das entidades. Seria a possibilidade de complementar o valor para o terceiro colocado ou beneficiar o quinto colocado. O parecer jurídico entendeu que não é possível complementar o limite de 200.000 reais, mas poderia sim contemplar o próximo classificado que tivesse dentro do limite do valor global. Então a gente vai delibera agora. Manara informa que essa já foi uma dúvida colocada na reunião passada e o parecer jurídico vem para esclarecer o melhor caminho, e aqueles que são contrários ou desejam declarar abstenção sobre esse encaminhamento, esse parecer jurídico se manifeste. Teles complementa que esse parecer jurídico, já foi aprovado pelo próprio jurídico, está dentro das normas da prefeitura, mas é importante que como o recurso é do fundo do Conselho de Meio Ambiente, que o plenário concorde também com essa situação. Foi até um questionamento e uma resposta do jurídico ao questionamento do plenário e agora a gente teria que aprovar essa decisão do jurídico também, se caso se entenda interessante. Manara volta à deliberação. Alguém quer manifestar voto contrário ou abstenção? Nenhuma manifestação, a deliberação ao parecer jurídico foi aprovada por unanimidade. Dando sequência, Manara agradece Teles, parabeniza a todos que contribuíram no grupo gestor, do fundo. Lembra que foi uma iniciativa pioneira, para utilizar, democratizar os recursos que tem no Fundo Municipal de Meio Ambiente. Então parabenizar a toda equipe que se debruçou, ao Teles, Deric, que fizeram um trabalho brilhante na construção desse edital. Antes da apresentação da Andrea, Manara fala sobre a criação das unidades de conservação de proteção integral do cerrado é uma busca já de longa data. Acha que desde 2013, 2014, que as tratativas, as negociações acontecem. Em 2017, retomamos com o firme propósito de

consolidar. E para consolidar a criação dessa unidade de conservação, Manara é muito grato à oportunidade dada pelo prefeito Felício, pelo apoio dado pelo prefeito, pelo vice-prefeito Anderson, que não somente deram um apoio para a busca da criação, mas que entendem a importância, de se constituir uma unidade de conservação de proteção integral. É um esforço muito grande, inclusive financeiro, para a municipalidade. Então num momento do país que nós estamos com essa grave situação no Ministério de Meio Ambiente, a desconstrução de importantes políticas públicas, o enfrentamento pelo governo federal das conquistas das unidades de conservação no país, é de se louvar e parabenizar a administração municipal. Estamos num momento, infelizmente, bastante difícil de consolidar iniciativas como essa, então o prefeito Felício desde o primeiro momento abraçou a ideia, entende da importância da constituição dessa unidade de conservação de proteção integral, e agradece imensamente a todos da Secretaria de Urbanismo e Sustentabilidade, ao Teles, ao Juarez, a toda equipe, coordenada pela Andrea, que trilharam essa construção dessa ampla negociação que, ao fim de quase cinco anos, vamos agora para as audiências públicas do dia 30 e do dia 1º, para dar já o rito oficial de criação dessa unidade de conservação. Então para mim é uma honra particularmente, é um prazer enorme, participar desse processo, de deixar esse legado para a cidade de São José dos Campos, para a região do Vale do Paraíba e para o bioma do cerrado. Convida a todos para participarem da audiência pública que ocorrerá no dia 30 e no dia 1º, e também parabenizar o Comam, ao ex-presidente Lincoln Delgado, que sempre foi um defensor dessa ideia, dessa busca da criação do Parque do Cerrado, e também a todos do Conselho Municipal de Meio Ambiente de São José dos Campos, que nunca deixaram essa busca, essa ideia cair. Nunca deixaram esfriar essa necessidade desse trato especial do cerrado joseense. Com a palavra Andrea que vai trazer uma apresentação na tela onde mostra o processo de criação da unidade de conservação Parque Municipal do Cerrado, que está em vias de acontecer. É uma apresentação bastante sucinta, o estudo vai ser

apresentado, em profundidade, e aqui será mostrado o rito processual. Mostra uma fotografia que já está disponível no site que foi o convite como todo material que hoje será apresentado. Andrea começa com uma fotografia que é da coleção digital da biblioteca do IBGE daqui de São José dos Campos que data da final da década de 50 e 60, que é um fragmento de cerrado e São José já vêm trazendo na sua história esse bioma importantíssimo. A localização do parque, para quem ainda não teve contato com o mapa, ele fica próximo ao Campo dos Alemães, Dom Pedro, Jardim Portugal e ela vai em direção ao Interlagos. Na fotografia do lado direito, Andrea mostra que passa uma estrada é a estrada João Miaci, que vai em direção ao Interlagos. Toda essa região faz divisa com uma população bastante adensada da região sul. Possivelmente a estrutura receptiva vai ficar nessa estrada, bem embaixo da imagem da direita, ali é uma área bastante aberta. Possivelmente ali vai ficar instalado o receptivo. Mostra na fotografia que é uma região bastante adensada na imagem da esquerda, então é mais um motivo para que a tenha ali a criação de uma unidade de conservação que vai beneficiar o ambiente como um todo. Andrea esclarece que tem uma planta que mostra uma tonalidade mais esverdeada é de um cerrado mais preservado. A região azulada na parte mais alta da imagem, dentro do perímetro do parque, é uma região de água, uma região alagada, e aquela parte que está em laranja é um cerrado mais degradado. Dessa área do parque. Para entender que, de três bacias importantes, micro bacias importantes, que atravessam a malha de drenagem do município, tem a bacia do Vidoca, a bacia do Senhorinha e a bacia do Serimbura. O parque vai estar com a sua maior porção na bacia do Vidoca, mas tem um pedacinho, um trecho que fica na bacia do Senhorinha também e toda essa área que fica ao sul do município. Essa região que fica mais ao sul, fazendo divisa com a estrada e depois da estrada, que é a Carvalho Pinto, tem ali toda uma área de recarga de aquífero. Então todas essas áreas que estão sendo protegidas elas têm uma contribuição também importantíssima para questão da água, da recarga desses aquíferos que vão

DA

Am

formar esses cursos d'água que atravessam a malha urbana. Quanto a questão da biodiversidade do cerrado, que é um dos biomas com a maior pressão sobre os seus recursos. Então preservar a biodiversidade do cerrado é realmente uma coisa importantíssima até porque nós devemos ter aqui na nossa região espécies endêmicas ainda não conhecidas. Então a gente vai ter grande surpresa quando começar os estudos mais aprofundados. Esse estudo preliminar é um estudo inicial que deu subsídio e suporte para a gente fazer a proposta então da criação do Parque do Cerrado, e essa área toda que vocês viram delimitada é uma área que foi doada ao município. E então percebe que existe esse esforço, esse interesse em proteger esse bioma. Na próxima foto Andrea tem a imagem de uma flor de mulungu, uma copaíba, um óleo de copaíba, que é uma árvore importante. A primeira coisa que foi feita a prefeitura recebeu a área e o prefeito então fez uma lei autorizando a criação do Parque do Cerrado, posteriormente foi feito um estudo técnico, de caracterização do meio físico e socioeconômico, definindo as categorias, os objetivos, os limites geográficos, memorial descritivo que todos podem ver no site. Próximos passos são 15 dias de consulta pública em que estão disponíveis os materiais para essa consulta e contribuições, e depois vamos fazer a audiência pública no dia 30/11 e 1º/12, e aqui no edital o local onde vai acontecer. Esse também é um momento importante para abrir à sociedade os estudos, debater o assunto e receber as contribuições de todos que são interessados nessa criação. Depois desse momento, teremos mais 15 dias para receber ainda as contribuições, e após fecha um documento fazendo um parecer técnico para que a gente tenha um parecer jurídico e, por último, o prefeito vai criar um ato para criar esse Parque do Cerrado. Tem a lei que autoriza a criação da unidade de conservação, que foi criada pelo prefeito em 2019 e a partir disso, começou o trabalho mais intenso de preparação do estudo técnico. Esse relatório técnico foi um estudo inicial feito pelos técnicos da prefeitura, que já demonstrou a importância da biodiversidade, dos aspectos socioeconômicos e isso que estimulou ainda mais o



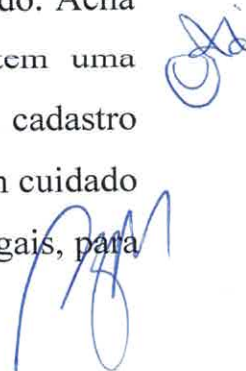
desenvolvimento desse projeto de criação do parque. A primeira audiência pública acontecerá dia 30/11, terça-feira, no bairro Dom Pedro, na EMEF do Caic, às 19h. Dia 1º/12 será na Casa do Idoso Centro às 19hs. Após, então, a audiência pública, o tempo de colheita das contribuições de 15 dias, vai ser feito o parecer técnico para enviar ao parecer jurídico para ver se existe ainda pendência ou não. E o último passo é enviar ao prefeito para assinatura do ato de criação do parque. Então, esperamos que até o final deste ano a gente conclua a criação do Parque do Cerrado. Andrea encerra agradecendo a todos pela atenção e fica à disposição. Com a palavra o diretor Juarez que faz agradecimentos primeiramente ao secretário Manara, por ter acreditado e não ter evitado esforços para que pudesse ter o Parque do Cerrado. Graças a determinação do secretário, conseguimos o ano passado fazer uma negociação com a Cetesb, aprovar junto à Cetesb inclusive alguns compromissos que a prefeitura tinha para ser cumpridos na área do Parque do Cerrado, e nós iniciamos o processo em julho de 2020 e concluímos dia 7 de dezembro de 2020, com a aprovação, vistoria da Cetesb, bater o carimbo para que pudesse também ter essa parte da preservação ambiental dos compromissos assumidos e serem cumpridos no Parque do Cerrado. Agradece também ao doutor Teles pela parte jurídica, trâmite dos processos internos da prefeitura, a equipe do departamento de gestão ambiental. E com a concordância também do secretário Manara, o ano passado colocamos as unidades de conservação, Lincoln, que é o nosso Telemar, o Banhado e a criação do Parque do Cerrado embaixo do guarda-chuva da equipe da Andrea. Então a Depav, além de fazer toda a parte de arborização, está dando esse apoio com os técnicos na criação das políticas públicas referente às unidades de conservação. E, com o apoio do secretário, volta a insistir, com determinação dele, no ano passado foi feito esse ajuste, e pudemos caminhar também paralelamente com a recepção da área, mas também com a formulação dos quesitos para a criação dessa unidade importante de conservação integral. É o primeiro ou o segundo do Brasil que tem no

município uma unidade de conservação do cerrado, um bioma extremamente importante. Mais de 65 espécies já detectadas no Parque do Cerrado acha que 17, são endêmicas do próprio parque. Então, Juarez pede apoio do Comam, inclusive com recursos, para que possa alavancar estudos no Parque do Cerrado. E, a câmara técnica de unidades de conservação pode ajudar a implementar algum recurso para que se consiga entender o que é aquele bioma, que espécies de animais estão lá, de pasto, de vegetais. Enfim, ver aquele contexto e quais são as medidas, e provavelmente, o secretário está trabalhando numa outra frente e quem sabe a gente consiga ampliar um pouco até essa área do Parque do Cerrado, que hoje é de 30 hectares, que vai ser lançado. O secretário já abriu com outra frente de apoio com outra área próxima, quem sabe tenhamos uma boa notícia ainda esse ano. Fica no finalzinho do Dom Pedro, início ali da João Miaci. A empresa que efetivamente doou a área vai ficar responsável ainda pela manutenção por um período da área. Juarez agradece e se coloca à disposição. Com a palavra Manara que antes de abrir para as manifestações, lembra que é mais uma iniciativa que atende ao plano diretor. Esse parque, na verdade, é uma diretriz que nasceu no plano diretor de 2018 e já está em estágio avançado de outras negociações que irá aumentar senão a unidade de conservação de proteção integral, mas o caráter protetivo em outras formas para outras grandes glebas ali no entorno que mantém a fisionomia do cerrado. Então a expectativa é que possamos em pouco tempo consolidar estratégias de negociação que assegurem caráter protetivo para 100 a 120 hectares de cerrado ali naquela região. Então parabeniza também a empresa, que cedeu que doou essa área, de 30 hectares, ao Grupo Independência, que, a princípio, iria ser numa outra área. As negociações não avançaram. E eles concordaram em ceder, mais do que ceder, também assumiram um compromisso de, durante quatro anos, participarem também dos esforços de manutenção, de construção do receptivo, de colocar o portal, de fazer o cercamento e a proteção dessa área. Então foi muito importante essa disponibilidade do proprietário em participar dessa

AI



empreitada. E também do vereador Juvenil que, nessa reta final das negociações, foi também um articulador importante, seja na estratégia de convencimento com os proprietários, mas também na consolidação dessa articulação entre o executivo e o legislativo para que nós pudéssemos lançar o parque. Então nós estamos, assim como fizemos no Santa Júlia, que foi um parque linear, não é unidade de conservação, mas que nasceu do plano diretor, esse também é uma diretriz que nasceu em 2018, o que comprova que o plano diretor de São José dos Campos é um plano ativo, é um plano que define o desenvolvimento da cidade. Portanto, é um endosso, do que nós estamos atendendo ao anseio da população joseense. Com a palavra Lincoln Delgado que informa que dessa luta da criação do Parque do Cerrado em virtude das discussões da lei de zoneamento de 2010. O saudoso Marcão que participava junto com o Jeferson na ONG, o Rogério Paiva, uma série de pessoas que estavam ali encampando essa ideia de discussão dentro do plano diretor e da lei de zoneamento. Foram feitas reportagens naquela ocasião e desde então isso ficou vivo, e parabeniza então a equipe. Eu vou nomear aí o Manara, o Juarez, Andrea, o Teles, Maiara e tantos outros, por terem realmente transformado o que estava no papel, que era uma intenção, numa realidade. Informa que a Sra Giselda Durigan, é uma das maiores especialistas em cerrado do Brasil, ela aponta aquela área de cerrado como um cerrado rupestre. Ela diz que só tem duas áreas iguais no estado de São Paulo. É um cerrado que tem uma característica muito mais parecida com o cerrado mineiro. Ele tem realmente uma característica diferente do cerrado que a gente tem aqui no interior de São Paulo. Tem um endemismo ali muito grande de espécies porque tem uma característica diferente do cerrado que a gente tem no restante do estado. Acha também interessante, Manara, aponta que o Parque do Cerrado tem uma composição de reservas legais e outras proteções inseridas no cadastro ambiental rural das propriedades que estão no entorno. Diz que teve um cuidado de acessar o DataGeo algum tempo atrás, e verificou várias reservas legais, para

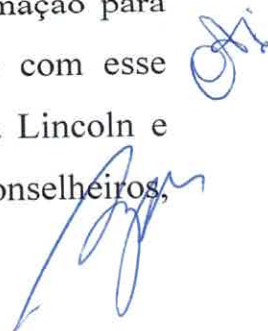


quem não conhece, 20% das propriedades rurais elas têm que ser gravadas como reserva legal. E várias dessas reservas legais, nesses fragmentos, no entorno, dá para se criar um mosaico, de proteção do cerrado. Acho isso muito interessante de se fazer e entender como vai ser um parque de proteção integral. Presume-se que vai ter naturalmente uma zona de amortecimento desse parque, uma zona de proteção, uma zona tampão deste parque. É preciso lembrar que estamos na zona sul, uma área de reposição de aquífero muito importante, que dá nome ao município, São José dos Campos do Cerrado. Entretanto, há uma pressão obviamente grande ali de crescimento do município naquela localidade. E é legítimo, porque uma região inclusive com um relevo, uma topografia propícia, é uma expansão de São José dos Campos. Lembra que o cerrado tem um bioma que tem que passar necessariamente pela Cetesb ou pelo crivo dos órgãos estaduais, mas lembrando que tem esse cenário de carimbar com a Cetesb qualquer tipo de projeto que envolva aquela região. Um questionamento que Lincoln coloca e vai levar para as audiências públicas e já adianta aqui no Comam, é para ouvir como é que esse cuidado com essa zona, tampão em torno dessa unidade de conservação, que é a lei já impõe isso. Manara responde a Lincoln que é um tema que será tratado no plano de manejo, como unidade de conservação, e um dos passos que a Andrea lista é discutir com a sociedade no plano de manejo, que vai carregar o zoneamento dessa unidade de conservação, conseqüentemente a sua zona de amortecimento. Como você relatou, existem alguns outros diplomas e estratégias protetivas no conjunto de áreas desse cerrado, embora o CAR ainda esteja muito lenta a análise pelo estado, mais ainda é um protocolo de intenções, porque aquilo que está delimitado, colocado no CAR, no Cadastro Ambiental Rural desses imóveis é uma proposta de reserva legal que tem que ser homologada pelo estado, e os números parece que não passam de 5%, 6% do CAR no estado de São Paulo que já teve homologação. Então ainda é uma incerteza o diploma da reserva legal, por isso está com outras iniciativas, também de doação de mais áreas. Manara diz estar

Ar:




em fase final de recepcionar mais 41 hectares, que o Juarez conduziu muito bem ao longo desse ano essas negociações junto com o Teles. Porque uma negociação de uma área para o poder público é um processo muito complicado. Existem cautelas jurídicas e questões que tem que ser feito com muito cuidado. Já existe um terceiro proprietário querendo também doar áreas, para constituir um contínuo desse cerrado com proteção. E a zona de amortecimento entendemos que o próprio diretor, no desenho que ele traz ali, ele pode e estamos discutindo inclusive com o estado, porque esse plano de manejo futuramente, aprovado no município, ele tem que ser submetido à câmara técnica de biodiversidade do Conselho Estadual de Meio Ambiente. Então ainda é uma jornada para esses detalhes todos, e vamos tratar diretamente com a população no entorno, inclusive, onde que serão as zonas de amortecimento e os impactos disso. Consequentemente, quais sejam as cautelas, as reservas, as restrições que esses diplomas, essa forma, essa definição na unidade de conservação vai imputar para aquela região. Então, para resumir será discutido no momento do plano de manejo. Manara pergunta se mais alguém quer fazer uso da palavra? Com a palavra Lincoln informa que recebeu uma intimação, do Conselho de Saneamento Básico para constituição do novo conselho biênio 2022, 2023 e lembra que essa é uma discussão que já teve no Comam na fusão do Conselho de Saneamento Básico com o Comam. Acredita que precisa reavivar esse assunto, é preciso restabelecer essa conversa. É uma pauta, dentre tantas que tem no Comam, uma pauta necessária. Não é possível a constituição de mais dois anos de um conselho de saneamento básico, já que poderíamos fazer uma câmara técnica permanente de saneamento dentro do Comam, que vai recepcionar todas essas questões que são debatidas no Conselho de Saneamento Básico, mas foi preciso colocar esse informe, que recebi uma intimação para poder colocar novos membros ao Consab, mas fico incomodado com esse debate não ter sido fechado aqui no conselho. Manara agradece a Lincoln e sugere fazer um resumo da construção da negociação, oferecer aos conselheiros,



para que a se possa estabelecer um caminho final para isso, porque todas as discussões já aconteceram, todas as posições já foram colocadas e basta agora retomar, de onde parou para consolidar. Nada mais a tratar Presidente Manara encerra a reunião e eu Marisa do Prado Sá Durante lavrei a presente ata.



Marcelo Pereira Manara
Presidente



Marisa do Prado Sá Durante
Secretária Executiva